




ARTIGO

“FAÇO ESTA MINHA REAL CARTA, AO MEU IRMÃO MAIS MOÇO”: O REINO DO KONGO E A CORRESPONDÊNCIA DIPLOMÁTICA COM PORTUGAL COMO FERRAMENTA DE PODER (1780-1830)¹

Contato
Estrada de São Lázaro, 197 – Federação
40210-730 – Salvador – Bahia – Brasil
sapede.thiago@gmail.com

 Thiago C. Sapede²
Universidade Federal da Bahia
Salvador – Bahia – Brasil

Resumo

Este artigo trata da correspondência diplomática entre o reino do Kongo e Portugal entre o fim do século XVIII e o início do século XIX. Analisaremos as estratégias e as formas de manipulação da escrita diplomática pela elite dirigente do Kongo como elemento mediador de negociação e de relações tensas e moveções entre Mbanza Kongo (“corte real” do Kongo) e Luanda. A pesquisa está fundamentada na análise de documentação escrita de produção local do Kongo nos arquivos coloniais portugueses e angolanos. Trataremos da correspondência de três *Mani Kongos* (reis do Kongo) que deixaram rica documentação escrita e travaram debates importantes com o governador de Angola e com a coroa portuguesa. O prisma da diplomacia, dos usos políticos da escrita e da troca de correspondência entre Mbanza Kongo, Luanda e Lisboa terá o potencial de trazer-nos uma contribuição transversal ao debate que tange ao tema da soberania de entidades políticas africanas e de suas transformações no início do século XIX.

Palavras-chave

Kongo – Literacia – Diplomacia – Século XVIII – Século XIX.

¹ Artigo não publicado em plataforma *preprint*. Todas as fontes e bibliografia utilizadas são referenciados. Uma versão anterior deste texto foi discutida no âmbito do grupo da linha de pesquisa “Escravidão e Invenção da Liberdade” do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia, assim como em reunião da linha de Estudos Africanos do pós-Afro/Centro de Estudos Afro-Orientais da mesma universidade. Agradeço aos colegas pelos preciosos apontamentos e críticas. Agradeço também aos pareceristas anônimos da *Revista de História* que contribuíram significativamente com a melhoria do texto. Partes dessa pesquisa também foram debatidas no âmbito do projeto “INDICO – Arquivos Coloniais Nativos: Micro-histórias e comparações” sediado no ICS da Universidade de Lisboa.


² Doutor em História pela *École des Hautes Études em Science Sociales* de Paris e professor adjunto do departamento do História da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil.



ARTICLE

“I WRITE THIS ROYAL LETTER TO MY YOUNGER BROTHER”:
THE KINGDOM OF KONGO AND DIPLOMATIC CORRESPONDENCE WITH PORTUGAL AS A POLITICAL TOOL (1780-1830)

Contact
Estrada de São Lázaro, 197 – Federação
40210-730 – Salvador – Bahia – Brazil
sapede.thiago@gmail.com

 **Thiago C. Sapede**
Universidade Federal da Bahia
Salvador – Bahia – Brazil

Abstract

This article deals with the diplomatic correspondence between the kingdom of Kongo and Portugal between the end of the 18th century and the beginning of the 19th century. The research is based on the analysis of written documentation produced locally in Kongo, in the Portuguese and Angolan colonial archives. We will look at the correspondence of three *Mani Kongos* (Kongo kings) who left rich correspondence and held important debates with the governor of Angola and the Portuguese crown. The prism of diplomacy, the political uses of writing and the exchange of correspondence between Mbanza Kongo, Luanda and Lisbon will have the potential to make a transversal contribution to the debate on the sovereignty of African political entities and their transformations at the beginning of the 19th century.

Keywords

Kongo – Literacy – Diplomacy – 18th century – 19th century.

"I write this royal letter to my younger brother": the kingdom of Kongo and diplomatic correspondence with Portugal as a political tool (1780-1830)

Introdução

Em 1815, o rei do Kongo Dom Garcia V Nkanga a Mvemba enviou uma carta ao príncipe regente de Portugal Dom João (VI) para anunciar sua entronização cristã (ocorrida após doze anos de reinado): "Faço esta minha real carta, ao meu irmão mais moço, também como eu Rei poderoso e católico, ambos fiéis a Deus e a Santa Igreja graça de Deus único e todo poderoso fiquei coroado e Sagrado Rei de todo este grandíssimo reino do Congo"³.

O costume protocolar dos reis do Kongo de enviarem cartas desde sua entronização ao rei de Portugal não constituía uma novidade, tampouco pelo uso da forma de tratamento "irmão", que data das relações diplomáticas iniciadas no século XVI. Este protocolo havia sido interrompido após a batalha de Ambuíla de 1665 que opôs Kongo e Portugal, mas retornaram no contexto de uma reaproximação diplomática em meados do século XVIII (SAPÉDE, p. 240-251). No novo contexto, essa forma de tratamento torna-se também uma afirmação do *Mani* Kongo como soberano homólogo (e não submisso) ao de Portugal.

No entanto, a atitude diplomática soberanista de Dom Garcia do Kongo foi além, quando o rei se dirige repetidas vezes ao príncipe regente de Portugal como "meu irmão mais moço". Esta fórmula de tratamento não era fruto do acaso tampouco de um lapso de linguagem. Ela aparece em três missivas diferentes entre 1803 e 1815, chegando a ser repetida três vezes numa mesma carta.⁴

Certamente, a forma de tratamento não se referia à diferença de idade biológica entre os dois soberanos, uma vez que Dom João (nascido em 1767) tinha quase cinquenta anos, enquanto Dom Garcia, menos de quarenta. Tratava-se, sobretudo, de um argumento político. O *Mani* Kongo lançava mão de uma metáfora tipicamente centro-africana (dentre outras regiões), na qual a hierarquia se traduzia em relações alegóricas de parentesco (KOPYTOFF, 1971, 129-142). Este argumento político da parte do *Mani* Kongo revela-se particularmente importante nesta primeira metade do século XIX, considerando o contexto particular de expansão portuguesa a partir de Luanda em direção dos territórios do sul do Kongo e dos portos do litoral, como veremos neste artigo.

³ O grifo é meu, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), fundo do Conselho Ultramarino (CU), Angola, caixa 130, doc. 113, Carta de Dom Garcia V do Kongo 1815.

⁴ AHU, CU, Angola, cx. 128, doc. 5, carta de Dom Garcia V, 1814; cx. 130, doc. 113, Carta de Dom Garcia V, 1815.

Indícios como estes são fundamentais para compreendermos a viragem política do início do século XIX por um prisma global, porém pela perspectiva de sociedades africanas conectadas a processos globais em rápida transformação. Neste sentido, o presente trabalho trata da correspondência diplomática entre o reino do Kongo e Portugal e dos usos políticos da escrita em língua portuguesa no Kongo neste período de expansionismo português entre o fim do século XVIII e o início do século XIX. A pesquisa está fundamentada na análise de documentação escrita de produção local do Kongo nos arquivos coloniais portugueses, principalmente presente nas caixas de Angola (documentação avulsa) do Arquivo Histórico Ultramarino; mas também em códices do Arquivo Nacional de Angola.

Em um primeiro momento do texto, trataremos do lugar da escrita nas relações internas de poder no Kongo, propondo um panorama histórico de longa duração da apropriação da escrita e de relações diplomáticas com poderes europeus. Em seguida, abordaremos as estratégias locais de transmissão e usos da escrita, momento no qual as figuras dos reis, chefes, "mestres de igreja" e "secretários" e seus modos de ação serão tratados panoramicamente.

Em um segundo (e principal) momento do texto, trataremos das conexões políticas entre Kongo e Portugal, analisando as estratégias e as formas de manipulação da escrita diplomática pela elite dirigente do Kongo como elemento mediador de negociação e de relações tensas e movediças entre Mbanza Kongo e Luanda.

Observaremos o lugar da escrita diplomática nas transformações das relações entre Kongo e Portugal entre o fim do século XVIII e a primeira década do século XIX. Esta sessão será dividida em três tempos: 1- reaproximações diplomáticas do Kongo com Portugal na década de 1780 (representado pelo curto período do *Mani Kongo* Afonso V no trono), 2-contexto de tensões advindas de décadas de política expansionista violenta portuguesa nos anos 1790 (reinado de Henrique II do Kongo), 3-período de turbulências gerado pela viragem da política expansionista portuguesa das primeiras décadas do século XIX, concomitante ao reinado de Garcia V.

O prisma da diplomacia, dos usos políticos da escrita e da troca de correspondência entre Mbanza Kongo, Luanda e Lisboa tem o potencial de trazer-nos uma contribuição transversal ao debate que tange ao tema da soberania de estados africanos e de suas transformações no início do século XIX.

Usos e transmissão interna da escrita no reino do Kongo

O antigo Reino do Kongo tinha uma elite política intrinsecamente conectada ao mundo no período moderno. Desde o final do século XV, os intercâmbios diplomáticos e comerciais com Portugal e o Papado foram decisivos para a ascensão dos clãs (*makanda*) autoproclamados descendentes dos primeiros reis "convertidos" no

século XVI (com destaque evidente para Dom Afonso I Mvemba a Nzinga). O poder de homens e mulheres que gozavam do título local de *mwana* Kongo (filho/filha do Kongo, utilizando também o termo português *infante*) era exaltado pela exibição de elementos materiais e culturais europeus e católicos. Após a reunificação do Kongo em 1709 e o enorme crescimento do tráfico de escravizados no século XVIII, elementos católicos e europeus – mercadorias estrangeiras apropriadas como insígnias de poder e títulos políticos europeus, como, por exemplo, “rei”, “marquês”, “príncipe”, “cavaleiro” etc. – ganharam um lugar político ainda mais central no contexto interno ao Kongo. (SOUZA, 2014 e 2018, p. 63-85; FROMONT, 2014, p. 67-75; SAPEDE, 2020, p.150-166)

Os clãs que compunham a aristocracia do Kongo participaram intensamente dos processos atlânticos e globais durante a chamada “era das revoluções”. Esse caráter “mundializado” de determinados setores da aristocracia do Kongo permitiu a ascensão no poder destes clãs *mwana* Kongo, assim como a manutenção de sua hegemonia na longa duração, como mostramos em trabalhos anteriores (SAPEDE, 2020 e 2024).

Ainda, com o crescimento do tráfico de pessoas escravizadas, mercadores holandeses, ingleses e franceses entraram em cena e se engajaram no altamente lucrativo comércio transoceânico, que se acelerou consideravelmente ao longo do século XVIII. Deste modo, impérios europeus estabeleceram relações políticas e diplomáticas com o rei do Kongo e os chefes de províncias que se localizavam na costa atlântica. A circulação de atores (administradores, mercadores, missionários etc.), de embaixadas e de cartas entre o Kongo e a Europa conviviam com formas locais de legitimação e ostentação de poder, como veremos. Tais fatores externos alimentaram a ideologia política da aristocracia do Kongo, doravante conectada ao mundo. Em suma, os poderes locais do Kongo, tornaram-se cada vez mais dependentes de redes comerciais, políticas e diplomáticas globais (FROMONT, 2014; SAPEDE, 2020).

No tocante ao aspecto religioso, soberanos do Kongo tiveram também forte interesse em incorporar ritos e símbolos católicos desde as últimas décadas do século XV, apresentados inicialmente pelos portugueses. Graças à centralização política no período dos primeiros contatos com o catolicismo e em períodos subsequentes, os soberanos do Kongo puderam incentivar (ou mesmo impor) a difusão de signos e preceitos católicos, que se tornaram ferramentas de promoção de seu poder. Nos séculos XVIII e XIX, observamos a primazia da agência do Kongo, através de seus especialistas rituais, no processo de catequese e nas práticas rituais católicas (THORNTON, 2013, p. 60-65). Estes operadores rituais locais eram sustentados por membros das elites (e originários da mesma) conferindo aos que acessavam aos rituais alta distinção social. O catolicismo funcionava como elemento de legitimação do poder político da aristocracia (FROMONT, 2014), detendo sentido essencialmente

político e ideológico (SAPÉDE, 2020, p. 150-215). Este fator não excluía evidentemente outros significados da presença católica, como a importância religiosa de elementos do catolicismo em cultos populares, sincretizados a outras formas locais de religiosidade (SOUZA, 2011). Os saberes ligados ao catolicismo preservados e transmitidos por membros da aristocracia estavam também intrinsecamente conectados à literacia como tecnologia de poder político e religioso.

Portanto, o caso do Kongo, dentre outros, desafia a associação simplista entre difusão e uso da escrita em língua portuguesa aos processos de colonização e expansão colonial portuguesa no interior da África centro-ocidental. Como afirmou Beatrix Heitze: "(..) atribuir as raízes históricas da atual lusofonia em Angola única e exclusivamente aos portugueses e ao seu domínio colonial, seria incorrer num erro grosseiro e num simplismo inadmissível" (HEINTZE, 2005, p. 180).

De tal modo, diversas fontes do século XVIII trazem indícios de uma importante circulação de correspondências escritas no interior do Kongo. O missionário português Rafael da Vide cita mais de uma dezena de cartas que recebeu de membros das elites locais (e mais outras tantas do rei do Kongo).⁵ Em geral, tratava-se de uma correspondência que pedia a presença do padre para atender à aristocracia. Em outros casos, os chefes ou reis locais escreviam aos missionários, buscando o apoio ou denunciando a ilegitimidade dos rivais.⁶ Além disso, o rei do Kongo também podia utilizar a escrita e envios de correspondências como meio de controlar a circulação do padre pelo interior do Kongo. O soberano recebia constantemente informações sobre o paradeiro da comitiva de missão (provavelmente reportada por mestres e "escravos da Igreja") e, quando era de seu interesse, pedia para que mudassem os rumos, ou retornassem à corte de Mbanza Kongo.

Muitos missionários que circulavam pelo interior também lançavam mão da escrita, quando necessitavam de auxílio de chefes locais, sobretudo durante viagens e deslocamentos da comitiva de missão. Isso ocorria em casos de percalços gerais, doenças⁷, travessia de rios (TOSO, 1975, p. 207-214), carência de alimentos⁸, ou simplesmente para anunciar ou informar a data prevista para a chegada de sua comitiva em alguma localidade específica⁹. Evidentemente, a circulação da comitiva de missão de religiosos europeus era rigorosamente vigiada e regulada pela elite local:

⁵ Exemplos em Academia de Ciências de Lisboa (ACL), Ms. Vermelho, De vide, Viagem e missão no Congo, fl. 63, 80, 83, 117, 174, 198, 233, 258, 287, 296.

⁶ ACL, Viagem e missão no Congo, fl. 293-296.

⁷ Por exemplo, correspondência a um capitão da igreja de Mbamba: ACL, Viagem e missão no Congo, fl. 244.

⁸ ACL, Viagem e missão no Congo, fl. 59.

⁹ ACL, Viagem e missão no Congo, fl. 305 e 308.

controle muitas vezes feito através da circulação de correspondência pelos interiores do Kongo e para Mbanza Kongo (SAPEDA, 2020, p. 189-205).

Para além dos *Mani* (reis e chefes) que liam e escreviam “de próprio punho”, existiam alguns que dispunham de secretários profissionais. Estes “altos funcionários” – empregados nas tarefas mais diretamente ligadas aos chefes – eram também, em geral, Mestres da Igreja, ou seja, especialistas católicos locais oriundos da aristocracia. Infelizmente, fica difícil por uma análise da documentação, determinar com precisão a recorrência destes secretários frente aos casos que as cartas eram escritas pelos próprios chefes e reis.

Inge Brinkman tenta rastrear o papel dos intérpretes do Kongo na chave de uma “profissão” institucionalizada na qual atuavam estes agentes, trabalhando tanto para missionários quanto para chefes locais (Brinkman, 2016, p.255-267). Para os períodos dos séculos XVIII e XIX, dispomos, porém, de alguns raros exemplos nos quais secretários se fazem notar no interior da correspondência de chefes. Nos parece bastante difícil – pela análise da documentação – de estabelecer a diferença da atuação entre “intérpretes” que seriam aristocratas letrados, secretários ligados às cortes reais e províncias, mestres da Igreja ou mesmo escravos da Igreja. Colocar todas estas categorias de especialistas que exercem papéis políticos, rituais e hierárquicos diversos sob o guarda-chuva de uma mesma “profissão de intérprete” parece-nos arriscado e potencialmente simplificador.

Há, no entanto, casos de secretários que aparecem (raramente) nas fontes. Nas décadas finais do século XVIII, por exemplo, notamos indícios da atuação de um secretário em uma carta enviada pelo príncipe da província de Kibangu, Dom Pedro Água Rosada, ao missionário Rafael de Vide. O missionário anexou ao seu relatório a missiva que foi assinada pelo príncipe de Kibangu, porém, redigida por seu secretário Dom Francisco. A carta pode ser, portanto, dividida em duas partes. A primeira consiste na comunicação do príncipe com o padre, seguindo as fórmulas de polidez típicas da comunicação diplomática. Apesar da extensão do documento, faz-se importante citá-lo em sua integralidade.

Ao M. R. P. Vigário Geral do Kongo, Fr. Rafael de Castello de Vide, a quem Deus guarde, m. a. Faço este meu escrito para mandar saber a sua saúde; sendo boa, eu folgarei muito, enquanto da minha estou bem pela misericórdia de Deus, ainda que misturado com muitas mortes da gente de Deus por esta grande peste, mas encomendamos a Deus todo poderoso, por ouvir a sua chegada a V.P. deste cume do Monte do Quibango, não posso [ficar] calado assim sem mandar buscar a Sagrada Pessoa de V. P. pela vir, e nos dar os Santos sacramentos, porque esta Igreja de Quibango é a vossa verdadeira Igreja, que edificou: os defuntos Padres eram seus irmãos; não posso faltar a seu, e amor desta Igreja: não largo mais: hoje, dia de Santo António de 1787, o seu filho espiritual, Dom Pedro agora R. da Sardónia, Príncipe de Quibango.

Já a segunda parte da missiva, contém a mensagem pessoal do secretário endereçada ao padre:

O seu afilhado, Mestre, Secretário, D. Francisco de Vasconcellos mando beijar mil vezes as mãos de V.P., ainda que eu não estou bem, por causa de minha doença antiga, também fico com grande nojamento por tantas mortes de meus parentes e filhos, e irmãos e sobrinhos, neste mesmo mês passado de Maio, mas tudo isto encomendei a Deus Nosso Senhor, porque tudo e quanto faz a Deus, é por nosso bem.¹⁰

É interessante notar que o secretário acumula elementos de legitimidade em sua apresentação: "afilhado", "mestre" e "secretário" (além do próprio título "Dom" e o nome em português), o que evidencia seu pertencimento à aristocracia. Observamos aqui um dos raros casos nos quais um secretário se revela, considerando que conhecia pessoalmente o padre.

Em casos como este, fica evidente que se tratava de personagens aristocráticos – que em geral são também Mestres de Igreja – e muito bem-posicionados nas cortes provinciais ou na corte real: personagens que eventualmente tornam-se sucessores do próprio chefe. Deste modo, no que tange à escrita no Kongo dos séculos XVIII e XIX, não se tratava de um saber difundido que revelaria um caráter europeizado ou "crioulizado"; como conceituaram por exemplo Thornton e Heywood (2018), mas, sobretudo de uma ferramenta política rigorosamente conservada e transmitida no interior dos clãs aristocráticos que monopolizavam o poder.

A ideia da escrita como tecnologia de poder no contexto da África centro-ocidental foi profundamente explorada por Catarina Madeira Santos, que relacionou escrita e poder político na região das chefaturas *ndembu*, ao sul do Kongo. Trata-se de um território que possuía fortes ligações culturais e identitárias com o Kongo – composto por uma constelação de pequenas e médias chefaturas que tinham o título político comum de *ndembu* – porém com muitas especificidades. Madeira defendeu que em muitas das chefaturas *ndembu*, os secretários possuíam papel fundamental dentro da administração do "Estado". Estes secretários eram bastante especializados, em geral estrangeiros (às vezes enviados por Luanda) formados na região do presídio de Ambaca, onde existia uma "escola" responsável pela formação de africanos (de maioria *ambunda*) ou mestiços nos saberes da leitura, escrita e religião. Estes "ambaquistas" (como eram chamados) eram bastante prestigiados nos territórios avassalados por Portugal, ou naqueles que possuíam maior relação (mesmo que conflituosa) com Luanda (MADEIRA SANTOS, 2009, p. 767-795). Além

¹⁰ ACL, Viagem e missão no Congo, fl. 308, 309.

disso, segundo Jill Dias, os secretários formados em Ambaca possuíam uma marca identitária "europeizada", vestindo-se e comportando-se nos moldes lusitanos, o que parece incompatível aos modos das elites do Kongo no século XVIII (DIAS, 2009, p. 326-339).

No século XVIII, a importância da parceria com europeus não-portugueses era bastante mais significativa para os reis do Kongo e grandes senhores como o *Mani Soyo* e outros (THORNTON & MOSTERMAN, 2010). Por isso, desde períodos iniciais dos contatos com a língua portuguesa, a escrita no Kongo sofreu uma naturalização entre as elites. Ao contrário dos *ndembu*, a elite do Kongo não dependia de secretários estrangeiros. No Kongo, quando havia secretários, eram sobretudo advindos dos altos estratos sociais, muitas vezes do próprio clã aristocrático (*kanda*) ao qual pertenciam os chefes ou reis. Isso se deu devido à longa tradição de letramento das elites do Kongo já citada, que passou pela presença jesuítica no século XVI, capuchinha no XVII e parece ter se desenvolvido para uma significativa autonomia no século XVIII. Deste modo, assim como Ambaca e territórios portugueses, o Kongo era um espaço de formação autônoma de secretários e mestres de Igreja letrados. É provável que houvesse secretários *mwana* Kongo, ou formado no Kongo, trabalhando para chefes *ndembu*, levando em conta casos de secretários de origem do Kongo em territórios mais longínquos. Um caso emblemático foi desvelado por Marina de Mello e Souza, que identificou um secretário kongo, chamado Dom Calisto Zelotes dos Reis Magos, na mais distante, cultural e espacialmente, corte da rainha Njnga no século XVII (SOUZA, 2011).

Em suma, esta rica historiografia aponta para a existência de uma rede de comunicação escrita composta pelas elites locais centro-africanas que, ao menos no Kongo e território *ndembu*, funcionava de forma absolutamente autônoma e a partir de lógicas próprias – o que também pode se constatar pelas fontes do período.

Tanto elites do Kongo, quanto de Portugal, utilizaram a escrita como ferramenta de poder, não apenas em contexto local e centro-africano, mas também em escala Atlântica e global. A mobilização da escrita pelos reis do Kongo tornou-se particularmente importante no contexto de oposição ao expansionismo comercial português do final do século XVIII e ao avanço territorial ao longo do século XIX, como veremos a seguir.

Final do século XVIII: uma aproximação diplomática

A notícia da entronização do novo rei do Kongo, Dom Afonso V de Kinlaza, "amigo dos missionários e da Igreja", chegou a Luanda em 1779, reavivando a esperança dos portugueses em reverterem sua desvantagem comercial frente aos concorrentes europeus. Eles pretendiam "aproveitar esta ocasião da coroação de um rei

amigo dos missionários e submetido à Igreja” para concretizar o plano de conquista do comércio escravagista do Kongo. Neste sentido, a documentação do Conselho Ultramarino português revela-nos o plano de reaproximação comercial com o Kongo pela via diplomática e religiosa, esta última, pela presença de missionários.¹¹

O reino do Kongo no século XVIII estava politicamente isolado da influência direta europeia em seu território. A importância econômica do tráfico de escravizados para os europeus conferia ao rei do Kongo, bem como a outros potentados que controlavam as rotas internas e os portos na costa, um poder diplomático efetivo no plano global. Desde os eventos traumáticos da derrota na batalha contra os portugueses em Ambuíla, em 1665, as conexões entre Mbanza Kongo e Luanda tornaram-se secundárias frente à relação com holandeses, ingleses e franceses (THORNTON, 1983, p. 75-76). Deste modo, para oporem-se a Portugal, os reis e chefes (como o *mani* Soyo) usavam, desde o século XVIII, os comerciantes holandeses, franceses ou britânicos em busca de apoio diplomático destas nações (HERLIN, 1979, p.635-645).

Apesar de haver rotas comerciais terrestres que ligavam as províncias do sul do Kongo a Luanda, este fluxo estava muito aquém daquele destinado aos portos do Atlântico onde operavam outras nações europeias, como o porto de Ambriz. A mesma situação caracterizava a magra participação portuguesa no comércio dos portos da costa do Kongo, de Cabinda e do Loango no século XVIII.

Para levar a cabo o projeto de reaproximação diplomática e comercial, as autoridades portuguesas contavam com a importância dos missionários na corte do Kongo, que deveriam “influenciar o rei” para que este se aliasse aos portugueses.¹² Os missionários seriam apropriados como embaixadores do governador de Angola para propor uma aliança militar e comercial que prometia devolver ao rei do Kongo o poder sobre alguns de seus “vassalos rebeldes” (*Mani* Soyo e os potentados da margem norte do rio Kongo) que se veriam obrigados pelo rei, segundo o plano português, a vender cativos exclusivamente aos negociantes lusitanos.¹³ O ministro português da Marinha e do Ultramar Martinho de Mello e Castro pretendia convencer o *Mani* Kongo de que essa colaboração poderia enriquecê-lo e torná-lo “tão poderoso quanto já foi”.¹⁴ Assim, os dois braços – o militar e o eclesiástico – da coroa portuguesa em Luanda trabalhavam em conjunto para a expansão comercial portuguesa no Kongo. A contrapartida que os portugueses ofereciam ao novo rei do

¹¹ AHU, CU, Angola, cx. 68, doc. 92,32, Ofício dos membros do governo interino, 1784; e doc. 61, ofício dos membros da missão do Congo 1784.

¹² *Ibidem*.

¹³ AHU, CU, Angola, cx. 68, doc. 92,32, cópia da carta enviada a Dom Afonso V, 1784.

¹⁴ *Ibidem*.

Kongo era ajuda militar e marítima para realização deste plano centralizador. Outra contrapartida importante oferecida por Luanda, essa de real interesse dos reis do Kongo, era o envio de missionários.

Deste modo, o bispo de Angola enviou uma carta ao *Mani Kongo*, prometendo-lhe enviar mais “dois padres sábios e de bom espírito”. O bispo apontou ao rei Kongo que os missionários portugueses eram enviados graças à generosidade da rainha de Portugal, soberana que não se beneficiaria em nada com isso, uma vez que não havia comércio entre os dois reinos:

(...) minha graciosíssima Soberana, faz com estes Padres, que lhe custa cada um acima de setecentos mil réis de moeda Portuguesa (...) pela amigável aliança, que subsiste entre os dois Impérios; a qual aliança pouco interesse dá à mesma Senhora pelo pouco comércio que os Vassallos de V. Majestade hoje fazem com os Negociantes Portugueses⁵.

Assim, por uma incitação engenhosa, o vigário sugeria uma contrapartida comercial, moeda de troca desejada por Dona Maria para seguir abastecendo o Kongo com missionários, conotando a existência de uma suposta “dívida” do rei do Kongo com a rainha de Portugal, o que o obrigaria moralmente a considerar favorecer os mercadores portugueses frente aos seus concorrentes europeus.

Vale contextualizarmos rapidamente essa vantagem das companhias comerciais britânicas e francesas, que pode ser explicada por várias razões políticas e econômicas. Primeiramente, notemos a “herança” da poderosa companhia comercial holandesa, que abalou a primazia portuguesa nas praias do Kongo. O comércio e a aliança política com os holandeses declinaram durante o século XVIII. O crescimento progressivo do comércio britânico e francês acabou então por substituir, e aumentar, o negócio que a companhia neerlandesa das Índias Ocidentais abandonara. Em segundo lugar, convém mencionar a animosidade dos *mussikongos* (pessoas livres do Kongo) para com os portugueses –, antagonismo que começou desde o estabelecimento da cidade colonial de Luanda em 1575 e foi crescendo por conta das guerras e da imposição de tratados de vassalagem aos chefes sob influência de Mbanza Kongo ao leste e ao norte de Luanda.

O rei do Kongo e o governador português de Angola se tornaram progressivamente autoridades rivais que, desde suas respectivas capitais, Mbanza Kongo e Luanda (distantes de cerca de 500 quilômetros), disputavam a influência política sobre vastos territórios. Em terceiro lugar, a quase ausência, no século XVIII e início do século XIX, de Portugal no comércio realizado ao norte do rio Dande explica-se

⁵ AHU, CU, Angola, cx. 70, doc. 23, carta do bispo de Angola a Dom Afonso V do Kongo 1785.

pelo fato de que as companhias comerciais britânicas e francesas gozavam de um poder econômico com autonomia consideravelmente maior. O desenvolvimento do porto de Ambriz e o crescimento do comércio inglês ali passou a preocupar os portugueses o que os fez mirar esta região ao sul do Kongo das margens do rio Loge como ponto fulcral para seu projeto imperial, como demonstraram trabalhos de Roquinaldo Ferreira (2015) e Cristina Wissenbach (2015).

Neste contexto, o rei no poder na década de 1770, Dom Afonso V de Kinlaza, por sua vez, não era ingênuo quanto às intenções dos portugueses. Ele conhecia muito bem os riscos de uma abertura do seu território ao governador de Angola (frequentemente chamado pelos *Mani* Kongos de "governador de Luanda") e o caráter excepcional desta perigosa aproximação, dado o passado (recente e antigo) de violência engendrada pelos portugueses ao sul do Kongo. No entanto, o rei Afonso V e o seu clã (Kinlaza) detinham uma legitimidade profundamente ancorada no catolicismo político. A presença missionária representava, portanto, um trunfo importante para o projeto de poder dos Kinlaza.

Consequentemente, o rei Afonso V apontou ao novo bispo de Angola o caráter secreto e controverso de seu "amor" pelos portugueses. O rei declarou que estaria prestando homenagem às escondidas ao bispo português, contrariando seus "costumes" e notadamente a orientação do conselho real:

Com grande amor à Santa Fé, porque sou Rei Católico, faço esta por minha Real mão sem ser nosso costume: mas por amor como às escondidas, porque eu não posso ficar assim calado sem mandar e dar os incômodos da viagem: e os parabéns de sua boa vinda e receber a sua salvada bênção¹⁶.

Deste modo, o *Mani* Kongo Afonso V esclarecia ao governador que, embora não pudesse enviar embaixadas para Luanda antes de obter autorização do conselho real, ele estava disposto a fazê-lo: "Eu gostaria de enviar-lhe uma embaixada real, mas, segundo o nosso costume dos reis do Congo não mandamos embaixada aos Governadores de Luanda sem primeiro consultar todos os duques, príncipes e marqueses do Congo [...]"¹⁷.

Afonso V prosseguia assim em sua retórica para receber dois novos missionários de Luanda, ganhando tempo de negociação com os rivais portugueses. Simultaneamente, tentava minimizar os riscos políticos internos que esta aproximação controversa poderia trazer.

¹⁶ AHU, Angola, CU, cx. 70 doc. 23, carta de Dom Afonso V do Kongo, 1785.

¹⁷ *Ibidem*.

Contornando as (supostas) proibições, o *Mani* Kongo enviou então, alguns meses depois, um embaixador para Luanda, para o qual o governador-geral preparou uma magnífica recepção. Para a ocasião, três tiros de canhão foram disparados em homenagem à entrada do embaixador. A recepção foi organizada no palácio do governo na presença do bispo e de "todos os oficiais" portugueses. Este representante do Kongo foi hospedado em uma grande casa ao lado do palácio do governador e, durante seus oito dias de visita, recebeu o "melhor tratamento, por respeito ao seu rei: presentes, roupas, convites, etc."¹⁸

O embaixador trouxe ao governador uma carta do *Mani* Kongo para "dar sua boa vinda a agradecer o grande amor da minha Irmã Sereníssima rainha de Portugal que nos mandou padres (...)"¹⁹. Afonso V também promete uma abertura do comércio:

(...) esta minha real carta e feita por minha mão é sinal de boa amizade e quero que venham todos os portugueses negociar como dantes sem medo porque eu asseguro que não poderão padecer algum mal.²⁰

Graças a sua sagaz diplomacia, o rei do Kongo conseguiu obter os dois missionários suplementares que desejava dos portugueses e, evidentemente, não pode, e não quis, entregar aos portugueses o desejado acesso ao comércio, que, de todo modo, não era de fato uma prerrogativa direta do rei do Kongo.

Discutiremos em seguida, a mobilização política de um discurso de poder contida na correspondência entre os reis do Kongo e Portugal, enquanto estratégia diplomática frente à recrudescência expansionista portuguesa no contexto mais violento da última década do século XVIII.

Dom Henrique II e o aumento da tensão diplomática com Luanda

No final do século XVIII e início do século XIX, o rei do Kongo se recusava com frequência a negociar com o governador "de Luanda", pois o considerava uma pessoa subalterna na estrutura imperial portuguesa. Para muitos *Mani* Kongos, enquanto "reis soberanos", apenas o rei de Portugal seria um poder equivalente, o que gerava queixas sobre a necessidade de tratar com os governadores. Um exemplo pa-

¹⁸ "obséquio que mandava dar o mesmo Senhor ao Embaixador pelo respeito de seu Rei, ..., além de outros bons tratamentos que lhe fizeram, convites, vestidos, etc. e a toda a sua gente e minha" ACL, MS V. 296, *Viagem e missão...* Fl. 238.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ AHU, CU, Angola, cx. 70 doc. 8 e 25, 8 e 25, Ofício do governador e capitão-general de Angola, barão de Moçâmedes, 1785 e carta de Dom Afonso anexa apud SAPEDE, 2020, p. 78.

radigmático (que será tratado mais abaixo) é o do *Mani Kongo Garcia V* que se queixava junto ao rei de Portugal quanto às intrusões do general, que qualificava como: "nosso vassalo que está entre dois reis irmãos".²¹

No período muito instável de 1778 a 1794, o Kongo viu passar nada menos de cinco reis, entre os quais alguns faleceram prematuramente e de modo suspeito. Neste contexto turbulento, Dom Henrique II foi um raro exemplo de soberano que conseguiu manter-se no trono por dez anos. De fato, este é um indício de que, após 15 anos de conflito, a política antiportuguesa estava em condição de estabilizar a realeza, graças ao apoio dos chefes provinciais mais poderosos.

Temos poucas informações sobre o período de Henrique II no poder além da correspondência entre o rei e o governador de Angola. Inclusive, estas trocas epistolares são surpreendentes pelo caráter excepcionalmente agressivo. A análise desta correspondência pode, com efeito, nos oferecer informações interessantes sobre o período. Infelizmente, só dispomos das cartas enviadas por Luanda, presentes nos códices do Arquivo Nacional de Angola, mas nada de autoria do Rei Dom Henrique II.²²

Tão logo ascendeu ao poder em 1794, Dom Henrique encontrou-se em uma posição ambígua. Fechou suas terras para o comércio, os agentes diplomáticos e os missionários portugueses (BRASIO, 1987, p. 300-331). Todavia, ele precisava receber, como seus antecessores, mercadorias advindas do comércio global e missionários para legitimar seu reinado. Neste sentido, enviou uma carta, como o costume diplomático o requeria, ao governador de Angola para informá-lo de sua chegada ao poder, declarando-se rei católico e amigo dos portugueses e pedindo, por este motivo, o envio de missionários.²³

Apesar do caráter aparentemente padrão da carta, o presente enviado por Dom Henrique ao governador foi bastante extravagante: doze escravizados. Esta generosidade pode surpreender, dadas as tensões diplomáticas entre os dois territórios. Porém, o rei Henrique, abertamente oposto aos portugueses, parecia querer garantir que receberia os favores de Luanda. Ao oferecer "um grande número de escravos", ele queria receber em contrapartida insígnias de poder, como por exemplo coroas, cetros, sinos e roupas finas, além de missionários.²⁴

Em resposta, o governador enviou a Dom Henrique apenas algumas roupas "à moda portuguesa" e garrafas de licor. O rei ficou profundamente ofendido com

²¹ AHU, CU, cx. 128, doc. 5, carta de Dom Garcia V, 1814.

²² Arquivo Nacional de Angola (ANA), códice 87 A-19...1; códice 88, A-19-2 e códice 89, A-19-3.

²³ ANA, Códice 87 A-19-1, fl. 21-22, carta para o rei do Kongo, 1794.

²⁴ ANA, Códice 89, A-19-3, fl. 34-35.

o magro presente.²⁵ Além desta afronta, a carta que Dom Henrique recebeu do governador era bastante agressiva e repleta de subentendidos ameaçadores. O governador pedia ao rei que provasse, através de "ações concretas", seu verdadeiro apego à religião católica e aos missionários, afirmando que "palavras vazias não tinham valor algum". Ademais, acusava o rei do Kongo de ter apoiado os responsáveis pelo assassinato de seu antecessor no trono: Aleixo I. De acordo com as informações que o governador recebera, o regicídio teria sido cometido por um membro do conselho real apoiador de Henrique. Ele também censurava o rei por não punir o grão-duque de Mbamba e outros responsáveis pelo ataque a padres capuchinhos e às caravanas portuguesas ao sul do Kongo.²⁶

Embora, infelizmente, não conheçamos o conteúdo da resposta de Dom Henrique, a carta do governador presente no Arquivo Nacional de Angola deixa claramente entender que o rei estava exigindo presentes em troca dos muitos escravizados enviados.²⁷

O reinado de Dom Henrique também foi muito fortemente marcado por tensões religiosas. As relações entre o rei e os setores mais católicos da aristocracia foram marcadas por importantes conflitos. Estes opositores acusaram Dom Henrique e as pessoas que o cercavam de serem "inimigos da fé cristã". A tensão com o italiano Padre Raimundo Dicomano também era uma consequência da transição que pôs Dom Henrique no poder, pois seu antecessor Aleixo I, segundo o missionário, teria sido envenenado por um "herege que teria profanado a santa religião com seus atos gentílicos". Assim, o governador de Angola acusou diretamente o *Mani* Kongo de encobrir o assassino de seu antecessor, mantendo-o como membro ativo do conselho real.²⁸

No contexto da política interna do Kongo, os mais importantes oponentes ao reinado de Dom Henrique eram o clã Água Rosada, da vertente da província de Kibangu, liderados pelo jovem príncipe Dom Garcia de Água Rosada e Sardônia. Kibangu era um dos destinos favoritos dos missionários portugueses, tendo em vista a forma calorosa como eram recebidos e o caráter "muito cristão" desses príncipes.²⁹

O jovem príncipe Garcia Água Rosada conhecia muito bem os preceitos do catolicismo e a língua portuguesa. Ele exerceu seu jogo diplomático com habilidade, mantendo uma correspondência regular com o governador de Luanda e uma amizade próxima com o Padre Dicomano.³⁰ Assim, em 1795, Garcia enviou um embaixa-

²⁵ ANA, Códice 87 A-19-1, fl. 187, carta para o rei do Kongo Dom Henrique.

²⁶ ANA, Códice 87 A-19-1, fl. 21-23, carta para o rei do Kongo, 1794; códice 88, A-19-2, fl. 27.

²⁷ ANA, Códice 87 A-19-1, fl. 21-22, carta para o rei do Kongo, 1794.

²⁸ ANA códice 87 A-19-1, fl. 21-24, carta para o rei do Kongo 1794.

²⁹ ACL. Viagem e missão..., fl. 206, 296 e 308.

³⁰ AHU, CU, Angola, cx. 106, doc. 21, carta de Dom Garcia V, 1803.

dor para Luanda, levando uma carta e duas pessoas escravizadas dadas "como presentes" ao governador. O príncipe pedia, em contrapartida, receber padres em sua província, mas também produtos bastante específicos, como sal e outros, fazendo promessas "de amizade e de amor pela Igreja para os missionários e os portugueses".³¹ Para além desse discurso protocolar religioso e de declaração de amizade, os Água Rosada de Kibangu desejavam manter relações diretas com os portugueses, no sentido de avançar seu projeto de derrubar Dom Henrique II e retornar ao trono após quase um século apartados diretamente da realeza.

Os portugueses viram no príncipe – que Dicomano considerava "um bom candidato ao trono" – a promessa de uma futura aliança (BRASIO, 1987, p. 300-331). Desse modo, receberam muito bem seu embaixador trazendo-lhes ricos e numerosos presentes. Se, para o *Mani* Kongo Dom Henrique, que enviara doze jovens escravizados como presente, o governador enviou apenas roupas à moda portuguesa e uma boa quantidade de álcool, ele ofereceu presente equivalente, ou mesmo superior, ao príncipe de Kibangu (embora este tenha lhe enviado apenas dois escravizados):

Uma casaca de veludo carmizim com botões forrada de seda, uma veste irmão, huns calções de setim preto a moda de Portugal, um par de meias de seda, umas botiforras, 2 camisas de punhos, 2 percocinhos com sua fivela, 2 lenços pintados, 1 pano pintado de cores, 1 pano em figura de lençol (lenços?), 1 chapéu de galão de ouro, que tudo vai na caixa pregada: uma frasqueira de vidros brancos com licores finos, 1 ancoreta de aguardente do reino, 2 sacos de sal [...].³²

Ainda em sua correspondência com Dom Garcia, o governador português abordou questões geopolíticas relativas a Portugal e Kongo de maneira bastante oficial. Algumas temáticas foram abordadas: a sucessão do Kongo, críticas abertas ao rei, os problemas com o grão-duque de Mbamba pelo "fechamento dos caminhos", a construção abortada da fortaleza do rio Loge e a guerra contra os chefes *ndembu*, como se o então príncipe de Kibangu fosse o rei no poder.³³

Além disso, esta carta expressava o descontentamento do governador quanto à política hostil aos portugueses por parte de certos setores da aristocracia, que apoiavam o então rei Dom Henrique. O governador insistiu ao príncipe Garcia, como fizera junto ao rei, que o povo de Mbamba deveria ser punido por seu ataque contra os missionários e o embaixador português. Luanda ainda estava procurando

³¹ ANA, códice 88 A-19-2, fl. 144v-145, carta para Dom Garcia V (então príncipe de Quibangu), 1795.

³² ANA, códice 88 A-19-2, fl. 144v, carta para Dom Garcia príncipe de Quibangu, 1975.

³³ *Ibidem*.

um meio de bloquear o comércio com os britânicos, que seguia importante no porto de Ambriz e nas praias de Mbamba.³⁴

Assim, sutilmente, o governador prometia vantagens, convidando o príncipe Garcia a engajar-se contra os "infieis", tratando-se evidentemente de Dom Henrique, do grupo político que estava no poder e do duque de Mbamba. Ele também sugeriu que, se seus inimigos fossem castigados e os portugueses tivessem o controle do caminho para Mbanza Kongo, e mantivessem sua fortaleza na margem do rio Loge, as vantagens para os "amigos dos portugueses" seriam então múltiplas:

Sem serem castigados aqueles mesmos infieis vassallos que fecharam o caminho, embarçam o comércio e põe em consternação as terras do Kongo, não lhe deixando passar os presentes e roubando [...]. Tudo isto é motivo porque [o senhor] não tem o sal e tudo mais, porque eu não embarço que lhe levem este. Se eu ainda tivesse a fortaleza do Loge, eu lhe faria ir tudo o quanto quiserem, mas por obséquio e por tanto me pedir o rei do Kongo, eu a tirei dela, e não castiguei como mereciam os de Bamba Kongo, assim é que eles tem agradecido ao Rei e se fizeram mais maus [...]³⁵.

Estas trocas epistolares do governador com o príncipe – então principal oponente do rei – deixaram ainda mais tensa a relação entre Mbanza Kongo e Luanda. O rei acusou o governador de mentir sobre os missionários, citando informações que recebera de que os padres que o governador prometia enviar já teriam partido para o Brasil.³⁶ O *Mani* Kongo insistiu novamente na questão do envio de missionários e objetos reais, ao que o governador respondeu: "Aqueles [membros do conselho] que lhe enganam pensam que a rainha de Portugal lhe deve algo, quando é sua majestade quem deve tudo à rainha, até mesmo seu reino do Kongo!"³⁷

Ao colocar o rei do Kongo no mesmo nível que chefes vassallos de Portugal, o governador desejava, em parte, impor-se como autoridade superior ao *Mani* Kongo, rebaixando retoricamente o rei a uma situação de dependência histórica aos favores portugueses. Convém observar que o rei Henrique estava ciente das armadilhas que do governo português, mas sem ter como, entretanto, pôr fim a essas relações. Além disso, em suas cartas, o governador de Angola foi adotando um tom cada vez mais hostil, em detrimento do decoro diplomático aplicado até então.

³⁴ ANA, códice 87 A-19-1, fl. 22-23, 152-152v.

³⁵ ANA, códice 87 A-19-1, fl. 22-23, 144v, carta para Dom Garcia, príncipe de Quibangu, 1795.

³⁶ "Missionários e o senhor Bispo que tudo lá já está pronto, mas nada tem chegado por causa daqueles, e as más notícias que deram de já estarem foram muito falsas", ANA, códice 89, A-19-3, fl. 152-152v.

³⁷ "E assim parece que entendem esses que enganam vossa majestade, que a Rainha de Portugal, lhe está em alguma obrigação, quando em tudo e por tudo é vossa majestade que lhe deve toda, e o mesmo seu reino do Congo", ANA, códice 87 A-19-1, fl. 22-23, 34-35.

No âmbito do projeto expansionista da “conquista” portuguesa, esse tipo de tratamento marcado pela superioridade em relação ao Kongo, seria cada vez mais frequente. Ela serviria para demarcar e legitimar a (suposta) autoridade portuguesa sobre este reino durante o século XIX.

Dom Garcia V, grande estrategista diplomático

O mesmo príncipe de Kibangu Garcia Água Rosada tornar-se-ia rei (Dom Garcia V) em 1803 e governaria por três décadas. Essa tomada de poder ocorreu justamente em meio ao processo conflituoso entre Mbanza Kongo e Luanda.³⁸ Vimos que um dos métodos de Garcia para conquistar o poder foi (mais uma vez) renovar a aliança diplomática com Portugal. Declarando-se há tempos “amigo dos portugueses”, Dom Garcia prometeu opor-se à política de seus antecessores. Consequentemente, o governador de Luanda, o bispo, o prefeito dos capuchinhos e o ministro do Ultramar regozijaram-se com sua chegada ao trono, enchendo-se mais uma vez de esperanças de finalmente acessar as rotas de escravizados ao norte. No entanto, uma vez no poder, este *Mani Kongo* revelou-se uma figura muito mais complexa e ambígua do que os portugueses imaginavam. Garcia manteve a postura elogiosa em relação a Portugal, e simultaneamente enfrentou a política externa portuguesa, que se tornava cada vez mais agressiva a partir dos anos 1790.³⁹

Deste modo, ao contrário do que poderiam crer os portugueses, que o tinham como um potencial rei marionete, Garcia passou a utilizar suas habilidades e conhecimentos diplomáticos e católicos para afirmação e defesa da soberania do Kongo frente ao expansionismo português. A maior parte das muitas cartas que Dom Garcia enviou aos lusitanos foram endereçadas diretamente à coroa portuguesa, no período, governada pelo príncipe regente, mais tarde rei de Portugal, Dom João VI.

Ao contrário do que desejava o governo português, o fato de Garcia declarar-se católico piedoso, amigo dos missionários e dos portugueses, não constituía um reconhecimento da tutela política de Portugal sobre o Kongo. Muito pelo contrário, uma declaração deste gênero fazia a apologia da equivalência entre os dois “reis cristãos e sagrados”. Em 1815, por exemplo, em carta endereçada ao rei de Portugal, o *Mani Kongo* afirmou: “Com a graça do único e poderoso Deus, fui coroado rei sagrado deste prestigioso reino do Kongo”, e depois: “Eu não minto para ti, pois é proibido mentir aos reis sagrados”. Ainda no final da mesma carta, Dom Garcia honrou a

³⁸ As quatro cartas de Dom Garcia V são conservadas nos três arquivos seguintes: AHU, CU, Angola, cx. 106, doc. 22, ofício do gov. de Angola, 1803; cx. 128, doc. 5; cx. 130, doc. 113, carta de Dom Garcia V, 1815.

³⁹ AHU, CU, Angola, cx. 107, doc. 21; cx. 135, doc. 46; ANA, códice 240 C-8-3 fl. 113-113v.

"misericórdia do rei sagrado e coroadado de Portugal".⁴⁰ Nota-se, portanto, que Dom Garcia contradizia diplomaticamente a posição de subalternidade do Kongo que vinha sendo construída por Luanda, estabelecendo uma equivalência entre os "dois reis sagrados".

Neste mesmo espírito, o rei do Kongo recusou-se a manter correspondência direta com o governador de Angola, exceto em uma primeira carta de uso diplomático. O *Mani Kongo* dirigia-se ao príncipe regente, e mais tarde rei, de Portugal, Dom João VI. No entanto, o rei Garcia certamente sabia que estas cartas iam primeiro passar pelas mãos do governador de Angola antes de submetê-las ao Conselho Ultramarino em Lisboa e que seus administradores eram seus primeiros leitores. Ao endereçá-las diretamente ao rei português, ele, no entanto, afirmava sua recusa da subalternidade recentemente imposta por Luanda.⁴¹

Nas cartas que Garcia endereçou ao Rei de Portugal, o governador de Luanda constava categoricamente como um "subalterno entre dois reis irmãos". Além disso, queixou-se ao rei de Portugal do modo como os "novos" governadores desprezavam a "pessoa real" do Kongo, em uma evidente manifestação contra o avanço da política colonial portuguesa que planejava subalternizar o Kongo com relação a Luanda. Em correspondência de 1814 o *Mani Kongo* protestou:

havendo misericórdia em mim como irmão antiquíssimo os anos passados tinha eu remetido uma carta de amor, em diante de Vossa Alteza e tenho até agora nunca recebido resposta e não sei se o General de Angola, não sou ciente se tinha remetido à real pessoa ou mandou botar fora por causa do grande desprezo que obram os generais novos que não veneram a real pessoa [do rei do Kongo]⁴².

Estes usos diplomáticos da escrita como mecanismo de afirmação da independência e proeminência do Kongo frente a Luanda por parte de Garcia V estão em consonância com a forma de tratamento citada exaustivamente por este rei a Dom João VI de Portugal, atitude soberanista citada acima na introdução deste trabalho: "Faço esta minha real carta, ao meu irmão mais moço, também como eu Rei poderoso e católico, ambos fiéis a Deus e a Santa Igreja graça de Deus único e todo poderoso fiquei coroadado e Sagrado Rei de todo este grandíssimo reino do Congo".⁴³

Vale dizer que, na época, a rainha de Portugal Dona Maria I ainda estava viva, porém afastada do trono desde 1792 por suposta "incapacidade mental". Assim, Dom

⁴⁰ AHU, CU, Angola, cx. 130, doc. 113, carta de Dom Garcia V, 1815.

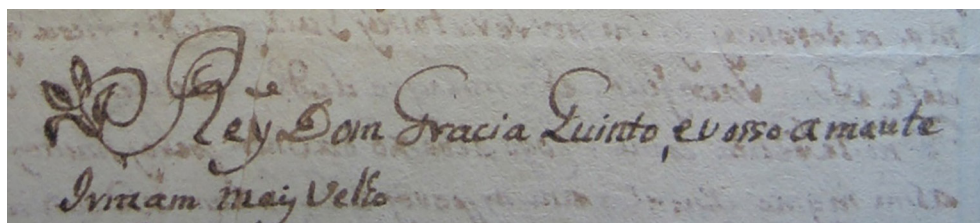
⁴¹ AHU, CU, Angola, cx. 128, doc. 5, carta de Dom Garcia V, 1814.

⁴² *Ibidem*.

⁴³ AHU, CU, Angola, cx. 30, doc.113, Carta de Dom Garcia V do Kongo 1815. O grifo é nosso.

João teve o título de Príncipe Regente até a morte de sua mãe em 1816, data após a qual tornou-se rei. Por esta razão, até a morte da soberana, Garcia V invocava sua “Alteza Religiosa irmã Dona Maria I” em todas as cartas endereçadas ao príncipe. Se, por esta mesma lógica de hierarquia política metaforizada pelo parentesco, Dona Maria era sua homóloga, marcada pela posição de “irmã”, o mesmo rei do Kongo poderia ser considerado “irmão mais velho” do regente português.⁴⁴

Imagem 1



Assinatura da carta do *Mani* Kongo Dom Garcia V ao Príncipe Regente de Portugal, Dom João VI

“Rei Dom Garcia Quinto, e vosso amante irmão mais velho”: AHU, CU, Angola, cx. 128, doc, 5, de 20 de março de 1814 (foto nossa).

Como dito anteriormente, o *Mani* Kongo lançava mão de uma metáfora típica de sua filosofia política, que manifestava as hierarquias de poder em relações simbólicas de parentesco (KOPYTOFF, 1971, 129-142). Esta retórica diplomática de Dom Garcia V revela-se particularmente sintomática neste início de século XIX considerando a necessidade do Kongo de recusar o processo de subalternização imposta por Luanda e a de fazer frente à expansão territorial portuguesa rumo ao sul do Kongo e dos portos do litoral.

Para além da escrita e de sua assinatura pomposa e decorativa, Dom Garcia emprega gestos inéditos, ao nosso conhecimento, de declaração performática de catolicidade. O envelope de uma carta (que se encontra no Arquivo Histórico Ultramarino) enviada ao rei de Portugal em 1813 contém um exemplo excepcional de ostentação de uma cruz como alegoria da realeza sagrada do Kongo. A cruz costurada ao luxuoso envelope de tecido – um tipo de “seda” mais espessa – serviu como base da escrita e assinatura real. Nela, pode-se ler a dedicatória respeitosa: “Ao mui-

⁴⁴ *Ibidem*.

to altíssimo, e Poderosíssimo el Rei de Portugal, que Deus guarde muitos anos de vida e saúde. Da Magestade do Reino do Kongo Dom Garcia quinto de nome, hoje 16 de novembro⁴⁵.

Imagem 2



Envelope contendo a carta de Dom Garcia V

"Ao muito altíssimo, e Poderosíssimo el Rei de Portugal, que Deus guarde muitos anos de vida e saúde. Da Magestade do Reino do Kongo Dom Garcia quinto de nome, hoje 16 de novembro". AHU, CU, Angola, cx. 130, doc. 113 (foto nossa).

Esta cruz de Malta, referência histórica do reino de Portugal e da instituição europeia da Ordem de Cristo, próxima do poder monárquico ibérico, tornou-se no Kongo um elemento político de referência evidente à realeza local. O uso deste símbolo pelos reis do Kongo para fazerem referência ao seu poder "histórico" de "reis católicos" é uma evidente apropriação deste estratagema ideológico ibérico. Cruzes semelhantes também são encontradas em outras cartas escritas por soberanos do Kongo, como a enviada por Dom Henrique II ao Bispo de Angola na década de 1790.

⁴⁵ *Ibidem*.

Um outro indício incontornável presente no envelope de confecção do Kongo (imagem acima) é a inscrição da sigla "INRI" em três extremidades da cruz: epígrafe que traz a declaração performática do ato da condenação de Jesus: "*Jesus Nazarenus Rex Iudaeorum*" ("Jesus de Nazaré, rei dos Judeus"). Assim, a composição destes elementos evidencia uma estratégia de Dom Garcia em afirmar a sacralidade dos reis do Kongo e, por conseguinte, sua equivalência aos reis de Portugal através da invocação da realeza do próprio Cristo. Deste modo, catolicidade, realeza e soberania aparecem como três elementos que articulam a retórica diplomática do rei do Kongo.

Imagem 3

Vista lateral do envelope contendo a carta de Dom Garcia V

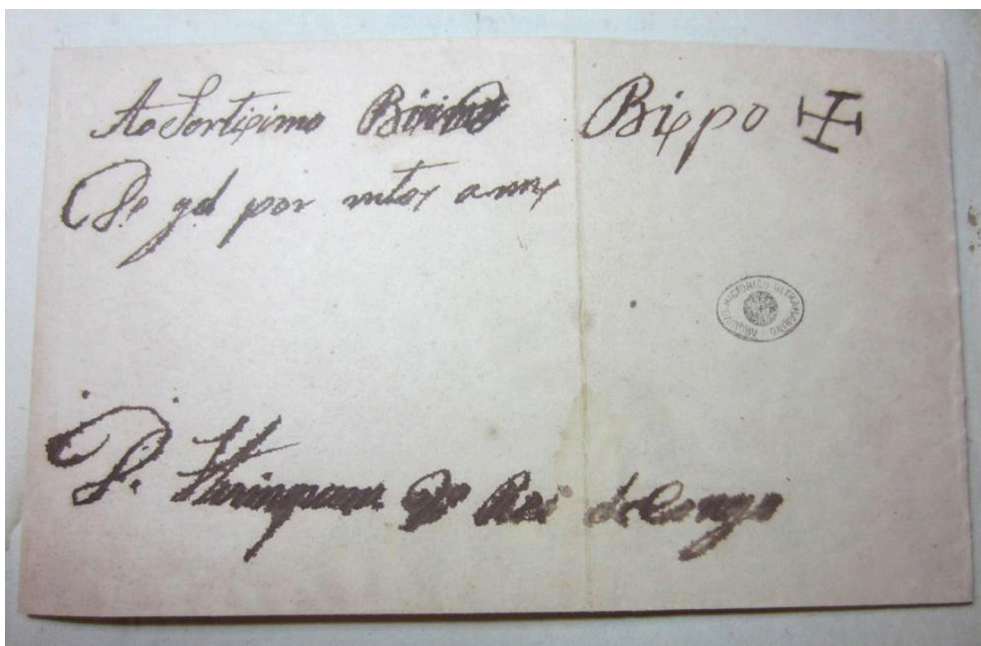


AHU, CU, Angola, cx. 130, doc. 113 (foto nossa).

A presença desta simbologia na correspondência diplomática com Portugal não era exclusiva de Dom Garcia ou de sua facção política, como podemos ver abaixo na carta de Dom Henrique, a cruz também é um elemento constitutivo da escrita e da assinatura real, que sugere a natureza inseparável deste símbolo com a escrita

e destes, por sua vez, à realeza do Congo durante os séculos XVIII e XIX, mesmo no caso de um rei que foi abertamente hostil aos projetos imperiais portugueses⁴⁶.

Imagem 4
Carta de Dom Henrique II ao bispo de Angola e Congo



"Ao santíssimo Bispo. Deus guarde por muitos anos. D. Henrique do Congo", AHU, CU, Angola, cx. 130, doc. 113 (foto nossa).

Porém, Garcia foi mais longe que seus antecessores do século anterior, citando frases da Bíblia em latim, e exibindo sua cristandade através de gestos e argumentos diversos e inovadores. Os elementos importantes de afirmação religiosa por Dom Garcia na documentação disponível em Portugal e em Angola reafirmam seu casamento católico e monogâmico. Sabe-se que a questão da monogamia versus poligamia era controversa na relação entre elites do Congo e padres europeus, sendo a

⁴⁶ Alguns trabalhos destacaram a importância da cruz no antigo reino do Congo e os possíveis significados "míticos" ou cosmológicos deste símbolo. Para alguns, a cruz teria se tornado um símbolo da realeza congoleza, ligada ao ancestral cristão, o rei Afonso I. Outros autores insistiram nos significados "mais profundos" dos sinais cruciformes na cosmologia congoleza, explicando a importância religiosa deste símbolo além de seu significado "europeu" ligado ao catolicismo (SOUZA, 2007, 75-88; HEIMLICH, 2013, p. 34-40).

poligamia um fundamento de primeira ordem da vida política e social do Kongo, a escolha (formal) pela monogamia cristã era percebida pelos europeus como a prova de uma "verdadeira fidelidade" à Igreja.⁴⁷

Deste modo, Garcia elogiou o matrimônio cristão em geral e seu próprio casamento em particular, exaltando a figura de sua esposa legítima, a rainha dona Isabel/Isabella/Zabella.

Para poder sacralizar a união com sua esposa, ele pedia o envio urgente de missionários. Para tanto, Garcia referiu-se em uma de suas cartas à definição em latim do apóstolo Paulo do casamento como: o "*magnum sacramentum*":

se retirou deste reino o Frei Raimundo para a vossa cidade de Luanda, muitos tem morrido, grandes mancebos sem ter a felicidade de tomar o dito sacramento e o sacramento da penitência, e os que querem tomar o hábito de cristo e o santo matrimônio e em particular [este] porque foi o vosso senhor tão bem servido de levar para a S. minha Esposa, e como desejo também, tomar o dito grande sacramento como diz o santo apóstolo S. Paulo: o Magnum sacramento⁴⁸.

Ainda, o *Mani* Kongo relatou ao rei de Portugal, ao descrever a visita do missionário Luigi d'Asisi em 1814, que seu casamento fora um evento excepcional. De acordo com o rei, uma multidão de povos celebrou o matrimônio real: "Não lhe posso explicar a alegria de ter os meus povos me vendo me recebendo perante a santa madre igreja com a poderosa Rainha Izabella e coroados e ungidos Reis do Kongo".⁴⁹

Sua coroação cristã pelo mesmo missionário foi realizada logo após o casamento: "recebi em legítimo casamento a Rainha Dona Izabella com grande pompa e enormes multidões"⁵⁰. Mais abaixo, na mesma missiva, Garcia fez uma segunda referência à dona Izabella, ao listar os principais edifícios de Mbanza Kongo, erguidos pelos primeiros reis cristãos ao lado dos portugueses: "doze igrejas, o palácio do rei e o palácio da rainha soberana".⁵¹ De fato, essa forma de referir-se à "rainha sobe-

⁴⁷ Hilton via a monogamia como um "problema latente" na relação dos padres católicos com a elite kongo no século XVII (HILTON, 1985, 66-67). Para Thornton, a questão da monogamia era menos importante, pois havia uma flexibilidade quanto a esta regra, até para as pessoas casadas na Igreja (THORNTON, 2016, p. 1-22) Na realidade, para Thornton, a relação dos missionários com as elites Kongo caracterizava-se por uma tensão entre as posturas "inclusiva" e "excludente" do catolicismo, mas, devido à fragilidade da condição dos missionários no Kongo, a posição inclusiva era a mais comum (THORNTON, 1983, p. 147-167).

⁴⁸ AHU, CU, Angola, cx. 106, doc. 21, carta de Dom Garcia V, 1803.

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ AHU, CU, Angola, cx. 128, doc. 5, Carta de Dom Garcia V, 1814.

rana" é a mesma empregada pelo próprio rei e seus predecessores (como Afonso V) para referir-se à rainha de Portugal: "minha soberana rainha irmã".⁵²

Sem dúvida, a importância histórica das rainhas no contexto da realeza e dos clãs aristocráticos não é nova. Um exemplo da agência política das rainhas é encontrado na resposta a uma carta que a soberana do Kongo enviou ao governador de Luanda em 1859, por meio de seu embaixador. Ela pediu o envio de certos objetos específicos, como por exemplo uma batina bordada, um chapéu de sol bordado e anéis de pedra, para o funeral de sua filha, uma princesa do Kongo, e em troca, ela enviou um jovem escravizado.⁵³ Este exemplo e muitos outros (THORNTON, 2006) demonstram que mulheres de poder também escreviam e que se serviram deste mecanismo como estratégia diplomática e política.

No caso da apologia elogiosa da rainha pelo *Mani Kongo*, se tratava também de uma forma de autoafirmar-se como piedoso cristão monogâmico. Além disso, há algo de específico na forma como o rei Garcia descreveu aqui a rainha como figura política de primeira ordem, o que nos dá indícios quanto ao papel político que ela possivelmente teria desempenhado.⁵⁴ Deste modo, a exaltação de seu casamento cristão supostamente monogâmico e da própria personagem da rainha como figura de poder global não deixa de ser mais um dentre os muitos artifícios discursivos no contexto de trocas epistolares para afirmar soberania diante de ameaças cada vez maiores dos portugueses à autonomia do Kongo.

Conclusão

Dom Henrique II reinou por uma década, durante a qual o Kongo viveu em declarada hostilidade diplomática com Luanda. Analisamos a correspondência especialmente tensa que o rei Henrique II manteve com o governador de Angola. Esses conflitos também eram o reflexo dos conflitos existentes na região do sul do Kongo, que havia sido devastada por incursões militares portuguesas na década anterior. Assim, os missionários e os agentes enviados por Luanda que se aventuravam em terras do Mossul ou de Mbamba naquele período eram frequentemente perseguidos e expulsos pelos chefes locais. Tal resistência gerou, em contrapartida, descon-

⁵² AHU, CU, Angola, cx. 70, doc. 23, carta de Dom Afonso V, 1784. O conceito de soberania para tratar destes processos foi desenvolvido com mais pormenor e crítica em trabalhos anteriores (SAPEDE, 2020, p. 11-20).

⁵³ Neste caso específico, não sabemos se esses objetos foram solicitados para vestir a falecida princesa ou para o uso da rainha durante o funeral: ANA, Avulsos, Luanda, cx. 124.

⁵⁴ AHU, CU, Angola, cx. 128, doc. 5, carta de Dom Garcia V, 1814.

tentamento com o reinado de Henrique II, por parte dos núcleos da aristocracia, como os Água Rosada, que também desejavam receber missionários.

Como vimos, a correspondência diplomática entre Mbanza Kongo e Luanda ganhou novos significados neste contexto, sobretudo durante o governo de Garcia V Água Rosada (1803-1830), quando houve crescentes tensões geradas pela expansão territorial portuguesa em direção ao norte de Luanda. As trocas epistolares de Dom Garcia V com os portugueses nas primeiras décadas do século XIX foram analisadas neste artigo como estratégia para resolver os impasses e dilemas gerados pelo expansionismo português. Analisamos por quais meios este rei do Kongo, como outros, se utilizou da escrita para fazer frente a uma ofensiva colonial portuguesa na tentativa de legitimação diplomática de uma soberania política sob crescente risco.

A realeza do Kongo utilizava de suas relações com o mundo exterior, por meio da diplomacia, do comércio e da religião católica para legitimar-se e perenizar seu poder na escala das relações interafricanas e globais. Neste sentido, a escrita era uma ferramenta fundamental para que essa elite pudesse engajar-se nestas redes globais que envolviam o Kongo, fazendo frente ao expansionismo português e reagindo à sanha colonial de Luanda na viragem do século XIX, até que o processo de "confiscação das soberanias africanas pela Europa" (SURUN, 2019) tornar-se-ia uma realidade nas décadas finais deste século.

Referências Bibliográficas

Documentação arquivística

Arquivo Nacional de Angola

Códices:

87 A-19-1, fl. 21-22, carta para o rei do Kongo, fl. 179.

87 A-19-1, fl. 187, carta para o rei do Kongo Dom Henrique.

87 A-19-1, fl. 21-23, carta para o rei do Kongo, 1794.

87 A-19-1, fl. 21-23, carta para o rei do Kongo, 1794.

87 A-19-1, fl. 21-24, carta para o rei do Kongo 1794.

87 A-19-1, 22-23, fl. 34-35.

88, A-19-2, fl. 27.

88 A-19-2, fl. 144v-145, carta para Dom Garcia V (então príncipe de Quibangu), 1795.

88 A-19-2, fl. 144v, carta para Dom Garcia príncipe de Quibangu, 1795.

89, A-19-3.

240 C-8-3 113-113v.

Caixas (avulsos)

ANA, Avulsos, Luanda, cx. 124.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa

Fundo do conselho ultramarino (CU), Angola: caixas (avulsos):

- cx. 68, doc. 92,32, Ofício dos membros do governo interino, 1784; e doc. 61, ofício dos membros da missão do Congo 1784.
- cx. 68, doc. 92,32, cópia da carta enviada a D: Afonso V, 1784.
- cx. 70, doc. 23, carta do bispo de Angola a Dom Afonso V do Kongo 1785.
- cx. 70 doc. 8 e 25, Ofício do governador e capitão-general de Angola, barão de Moçâmedes, 1785 e carta de Dom Afonso anexa.
- cx. 106, doc. 21, carta de Dom Garcia V, 1803.
- cx. 128, doc. 5, carta de Dom Garcia V, 1814; cx. 130, doc. 113, Carta de Dom Garcia V, 1815.
- cx. 130, doc.113, Carta de Dom Garcia V do Kongo 1815.
- cx. 107, doc. 21; cx. 135, doc. 46.

Academia de Ciências de Lisboa (ACL)

MS vermelho., *Viagem e missão* de frei Rafael Castelo de Vide, fl. 296

Fontes Publicadas

- ANONIMO. *La Pratique Missionnaire des PP. Capucins dans les royaumes de Congo, Angola et contrées adjacentes, brièvement exposée pour éclairer et guider les missionnaires destinés à ces saintes missions: 1747*. Louvain: AUCAM, 1931.
- BRASIO António, Informação sobre o Reino do Congo de Fr. Raimundo de Dicomano (1798), *Studia*, 46, 1987, p. 300-331.
- JADIN, Louis. *Relation sur le royaume du Congo du P. Raimondo da Dicomano, missionnaire de 1791 à 1795*. Bruxelles: Institut Royal Colonial Belge, 1957.
- SILVA CORREIA, Elias A. *História de Angola*. Lisboa: Editora Ática, 1937 [1792].
- TAVARES, Ana Paula e MADEIRA SANTOS, Catarina. *Africae monumenta: a apropriação da escrita pelos africanos*. Lisboa: IICT, 2002.
- TOSO, Carlo. Relazioni inedite di P. Cherubino Cassinis da Savona sul Regno del Congo e sue Missioni. Roma: *L'Italia Francescana*, vol. 49-5-6, 1974, p. 207-214.

Historiografia

- BALANDIER, Georges. *La vie quotidienne au royaume du Kongo du XVIe au XVIIIe siècles*. Paris: Hachette, 1965.
- BOSTOEN, Koen et BRINKMAN, Inge (éd.). *The Kongo Kingdom: The Origins, Dynamics and Cosmopolitan Culture of an African Polity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 103-123.
- BRINKMAN, INGE. Kongo Interpreters, Traveling Priests, and and Political Leaders in the Kongo Kingdom (15th–19th Century). *International Journal of African Historical Studies*. Boston: vol. 49, no. 2, 2016, p. 255-276.

- CLIST, Bernard; MARET, Pierre de e BOSTOEN, Koen. *Une Archéologie Des Provinces Septentrionales Du Royaume Kongo*. Oxford: Archaeopress Archaeology, 2018.
- COQUERY-VIDROVITCH Catherine. La mise en dépendance de l'Afrique noire. Essai de périodisation, 1800-1970. *Cahiers d'études africaines*. Paris: vol. 16, n. 61, 1976, p. 7-58.
- DIAS, Jill R. Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico. In: BASTOS, Cristina; ALMEIRA, Miguel e FELMER-BIANCO, Bela (orgs). *Trânsitos Coloniais. Diálogos Críticos Luso-Brasileiros*. Campinas. Campinas: Ed. Unicamp, 2009, p. 315-396.
- FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. New York: Cambridge University Press, 2012.
- FERREIRA, Roquinaldo. The Conquest of Ambriz: Colonial Expansion and Imperial Competition in Central Africa. *Mulemba*. Luanda: vol. 5 (9): 221-42, 2015. DOI: <https://doi.org/10.4000/mulemba.439>
- FROMONT Cécile. *The Art of Conversion: Christian Visual Culture in the Kingdom of Kongo*. Chapel Hill: UNC Press, 2014.
- HEINTZE, Beatrix. The Angolan Vassal Tributes of the 17th Century. *Revista de História Económica e Social*. Lisboa: vol. 6, 1980, p. 57-78.
- HEINTZE, Beatrix. A lusofonia no interior da África Central na era pré-colonial. Um contributo para a sua história e compreensão na actualidade. Lisboa: *Cadernos de Estudos Africanos*, vol. 7/8, 2005, 179-207. DOI: <https://doi.org/10.4000/cea.1361>
- HERLIN, Suzan (Broadhead). Beyond Decline: The Kingdom of the Kongo in the Eighteenth and Nineteenth Centuries. *The International Journal of African Historical Studies*, Boston: vol. 12, 1979, p. 615-650. DOI: <https://doi.org/10.2307/218070>
- HERLIN, Suzan (Broadhead). *Trade and Politics on the Kongo coast. 1790-1890*. PhD thesis in History, Boston University, 1971.
- HEYWOOD, Linda M. e THORNTON, John K. *Central Africans, Atlantic Creoles, and the Foundation of the Americas, 1585-1660*. New York: Cambridge University Press, 2007.
- HILTON, Anne. *The kingdom of Kongo*. Oxford: Oxford University Press, 1985.
- KOPYTOFF, Igor. Ancestors as Elders in Africa. *Africa*, York: vol. 51, p. 129-142, 1971. DOI: <https://doi.org/10.2307/1159423>
- MADEIRA SANTOS, Catarina. ÉCRIRE LE POUVOIR EN ANGOLA: Les archives ndembu (XVIIe -XXe siècles), *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, vol. 64, 2009, p. 767-795. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0395264900022460>
- MARTIN, Phyllis. *The external trade of the Loango Coast, 1576-1870: the effects of changing commercial relations on the Vili Kingdom of Loango*. Oxford: Clarendon Press, 1972.
- MILLER, Joseph C. *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison: Wis, University of Wisconsin Press, 1996.
- RANGLES, William Graham Lister. *L'ancien royaume du Congo des origines à la fin du XIX^e siècle*. Paris: Hague, Mouton et co, 1968.
- SAPEDE, Thiago C. *Le roi et le temps, le Kongo et le monde. Une histoire globale des transformations politiques du Royaume du Kongo (1780-1860)*. Thèse de Doctorat em Histoire et Civilisations, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2020.

- SAPEDE, Thiago C. Le Royaume du Kongo face aux bouleversements de l'Atlantique dans le contexte de l'indépendance du Brésil : le cas du prince Aleixo Agua Rosada (1822-1850). *Brésil(s) – Sciences Humaines et Sociales*, 2023. DOI: <https://doi.org/10.4000/bresils.16271>
- SAPEDE, Thiago C. Le royaume du Kongo, le Ngoyo et Cabinda face à l'expansionnisme commercial portugais (1780-1793). *Africana Studia*, vol. 30, 2019, p. 29-46.
- SAPEDE, Thiago C. *Muana Congo, Muana Nzambi a Mpungu: Poder e Catolicismo no Reino do Congo Pos-restauração*. São Paulo: Fapesp/Alameda, 2014.
- SOUZA, Marina de Mello e. *Além do visível: Poder, Catolicismo e Comércio no Congo e em Angola (Séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Edusp, 2018.
- SOUZA, Marina de Mello e. Central Africans crucifixes. A study of symbolic translations. In: LEVENSON, Jay A. (ed.). *Encompassing the Globe: Portugal and the World in the 16th and 17th Centuries*. Washington D.C: Smithsonian Books, 2007, p. 97-100.
- SURUN, Isabelle. Introduction. Trajectoires historiques des souverainetés africaines au XIXe siècle, *Revue d'histoire du XIXe siècle*, n° 59-2, 2019, p. 9-29. DOI: <https://doi.org/10.4000/rh19.6559>
- THORNTON, John K. AFRO-CHRISTIAN SYNCRETISM IN THE KINGDOM OF KONGO. Cambridge: *The Journal of African History*, vol. 54-1, 2013, p. 53-77. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0021853713000224>
- THORNTON, John K. ELITE WOMEN IN THE KINGDOM OF KONGO: HISTORICAL PERSPECTIVES ON WOMEN'S POLITICAL POWER. *The Journal of African History*, Cambridge: vol. 47, 2006, p. 437-460. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0021853706001812>
- THORNTON, John K. *The Kongolese Saint Anthony: Dona Beatriz Kimpa Vita and the Antonian Movement, 1684-1706*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- THORNTON, John K. *The Kingdom of Kongo: Civil War and Transition, 1641-1718*. Madison: University of Wisconsin Press, 1983.
- THORNTON, John e MOSTERMAN, Andrea. A RE-INTERPRETATION OF THE KONGO-POR-TUGUESE WAR OF 1622 ACCORDING TO NEW DOCUMENTARY EVIDENCE, *The Journal of African History*. Cambridge: vol. 51, 2010, p. 235-248. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0021853710000277>
- VANSINA, Jan. *Kingdoms of the Savanna*. Madison: University of Wisconsin Press, 1968.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Dinâmicas históricas de um porto centro-africano: Ambriz e o Baixo Congo nos finais do tráfico atlântico de escravos (1840 a 1870). *Revista de História*. São Paulo: vol. 172, 2015, p. 163-195. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2015.89698>

Recebido: 26/03/2024 – Aprovado: 30/10/2024

Editores Responsáveis

Miguel Palmeira e Stella Maris Scatena Franco